

SUMÁRIO

Prefácio	19
----------------	----

Interesses transindividuais dos credores nas Assembléias-Gerais e Sistemas de Aprovação do Plano de Recuperação Judicial, 31

ADALBERTO SIMÃO FILHO

1. Introdução	32
2. A assembléia-geral de credores – natureza jurídica e principais características	33
2.1. Composição da Assembléia-Geral	35
2.2. Órgãos subordinados à Assembléia-Geral	36
2.3. Atribuições da Assembléia-Geral de Credores	39
2.4. Convocação da Assembléia-Geral de Credores	39
2.5. Representatividade no conclave e direito de participação e voto ..	40
2.6. A representação por mandato ou procuração	44
2.7. A delicada questão da representatividade do trabalhador	44
2.8. <i>Quorum</i> de deliberação – matérias em geral	45
2.9. <i>Quorum</i> de deliberação para matérias de exceção	45
3. Sistemas de aprovação do plano de recuperação judicial	48
3.1. Sistema de aprovação tácita	49
3.2. Sistema de aprovação ordinária	50
3.3. Sistema de aprovação extraordinária (<i>cram down</i>)	52
4. As delicadas questões decorrentes da insuficiência de <i>quorum</i> e da rejeição do plano	57
4.1. Insuficiência de <i>quorum</i>	57
4.2. Rejeição de plano	59
5. Conclusões	61
6. Bibliografia	64



Da concordata à recuperação: investigando a recuperação extrajudicial, 65

ALESSANDRA DE AZEVEDO DOMINGUES

1. Precedentes históricos da concordata	66
1.1. Da concordata à recuperação: evolução histórica no Direito brasileiro	74
2. A recuperação extrajudicial	88
2.1. Precedentes históricos	89
2.2. Principais características e críticas à recuperação extrajudicial	99
2.2.1. Homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial	108
3. Vantagens da recuperação extrajudicial para a micro-empresa e para a EPP	115
3.1. Exemplo de concretude de recuperação extrajudicial sem homologação	118
4. Bibliografia	120

Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas, 123

ALEXANDRE ALVES LAZZARINI

1. Introdução	124
2. O princípio da preservação da empresa	124
3. O princípio da transparência	127
4. Considerações a respeito do direito de voto	129
4.1. O direito de voto dos credores não-originários (cessionários ou endossatários)	130
4.2. A Questão da multiplicação dos votos	131
4.3. A abstenção do credor presente	131
4.4. O voto da denominada Classe I (Trabalhadores)	133
5. Conclusão	134
6. Referências bibliográficas	136

*O caso da recuperação judicial da VASP –
Viação Aérea São Paulo S.A., 137*

ALEXANDRE TAJRA
DAVID C. GLANSANTE

1. Introdução	138
2. A empresa	138
3. Procedimento	141
3.1. Da petição inicial	141
3.2. Do procedimento prévio ao deferimento do processamento	142
4. Do deferimento do processamento da recuperação judicial	143
5. Comentários gerais	147
5.1. Alto custo dos editais	147
5.2. Desconhecimento da Lei	147
5.3. O credenciamento para assembléia-geral de credores	149
5.4. Protocolo dos incidentes na fase administrativa	149
5.5. Correspondências de credores internacionais	150
5.6. Tumulto na assembléia-geral de credores e no andamento processual	150
5.7. Falta de precedentes jurisprudenciais e de doutrinas	150
5.8. Aumento de demanda de serviços ao administrador judicial	150
5.9. Suspensões das assembléias-gerais de credores	151
5.10. Penhoras efetuadas pelos juízos laborais	152
5.11. O voto de abstenção na assembléia de credores	154
5.12. Prazo exíguo para a elaboração da segunda lista de credores nas recuperações judiciais de empresa de grande porte	155
5.13. A internet levando informações aos credores em todo território nacional e exterior	155
5.14. Administrador judicial confundido com o sócio da empresa	156
5.15. Dispensa da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais	156
5.16. Conflito de competência	157
5.17. Os diferentes critérios de correção monetária	157

5.18. Dúvidas mais freqüentes dos credores e de seus representantes	157
6. Considerações finais	160

*Aspectos administrativos, econômicos e contábeis da
lei de recuperação de empresas e falência, 161*

ALEXANDRE URIEL ORTEGA DUARTE

1. Considerações iniciais	162
2. A economia e o sistema falencial atual	163
3. Os estudos internacionais	166
4. A nova lei brasileira	169
5. Aspectos contábeis e econômicos financeiros	171
6. Reestruturação, recuperação e multidisciplinaridade	179
7. A recuperação de empresas	180
8. Considerações finais	194
9. Bibliografia	194

Administrador judicial na recuperação judicial: aspectos práticos, 197

ALFREDO LUIZ KUGELMAS

GUSTAVO HENRIQUE SAUER DE ARRUDA PINTO

1. Introdução	198
2. Critérios para nomeação do administrador judicial	198
3. Análise das funções do administrador judicial	200
4. O administrador judicial na falência	215
4.1. Alguns problemas enfrentados pelo administrador judicial.....	220
4.1.1. Confusão entre a figura do administrador judicial e a do administrador da empresa	220
4.1.2. Custos arcados nos processos	225

5. Alguns aspectos práticos da função do administrador judicial.....	227
6. Considerações finais	233

Crimes de recuperação de empresas na lei nº 11.101/2005, 235

ARTHUR MIGLIARI JUNIOR

1. Introdução	236
2. A sentença como elemento constitutivo do crime de recuperação de empresas	237
3. Pluralidade dos crimes de recuperação de empresa e falenciais	239
3.1. Fim da unicidade dos crimes falimentares	239
4. Objetividade jurídica protegida pelos crimes de recuperação	241
5. Sujeitos dos crimes de recuperação	242
5.1. Sujeito ativo	242
5.2. Sujeito passivo	245
6. Consumação e tentativa nos crimes recuperacionais	247
7. Tratamento diferenciado às micros e pequenas empresas	249
8. Dos crimes de recuperação em espécie	254
9. Prescrição nos crimes de recuperação de empresas	273
10. Aspectos processuais	273
10.1. Inquérito	275
10.2. Competência para o processo judicial	283
11. Bibliografia	288

*Um ensaio prático sobre a recuperação judicial especial:
a visão do advogado e do administrador judicial, 289*

GILBERTO GIANANTE

1. A recuperação judicial especial e o enquadramento legal das micro e pequenas empresas	290
--	-----

2. A função do advogado	292
2.1. Verificação do enquadramento legal	292
2.2. Análise dos encargos financeiros, despesas e custos com editais	293
2.3. A sujeição apenas dos créditos quirografários	297
2.4. Instrumentação do pedido e processamento	298
3. O papel do administrador judicial	311
4. Considerações finais	318
5. Referências bibliográficas	319

*Debêntures: existência, registro e negociação
no âmbito das empresas em recuperação, 321*

ILENE PATRÍCIA DE NORONHA NAJJARIAN

1. Intróito	322
2. Das debêntures	323
3. Das debêntures na recuperação judicial	327
4. Notas conclusivas	333
5. Bibliografia	336

*Da atuação do perito contador na nova lei de falências
e recuperação de empresas, 337*

JOSÉ VANDERLEI MASSON DOS SANTOS

1. O perito contador e a nova lei de recuperação e falência	338
2. Dos requisitos formais para a atuação do perito contador nos processos falimentares	339
3. Aspectos contábeis dos processos falimentares	340
4. O perito contador e as verificações de crédito (artigos 7º a 20 da Lei nº 11.101/05)	341

4.1. Verificação de créditos trabalhistas e fiscais e parafiscais	343
4.2. Elaboração do quadro geral de credores	345
4.3. Habilitações e impugnações retardatárias	347
5. Auxílio às obrigações do administrador judicial (artigos 21 a 24 da Lei nº 11.101/05)	348
5.1. Dar extratos dos livros do devedor (artigo 22, inciso I, alínea “c”)	348
5.2. Elaborar a relação de que trata o § 2º do artigo 7º desta Lei e Consolidar o quadro-geral de credores nos termos do artigo 18 desta Lei (artigo 22, inciso I, alíneas “e” e “f”)	349
5.3. Fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial (artigo 22, inciso II, alínea “a”)	349
5.4. Apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor (artigo 22, inciso II, alínea “c”)	350
5.5. Apresentar o relatório sobre a execução do plano de recuperação, de que trata o inciso III do <i>caput</i> do artigo 63 desta Lei (artigo 22, inciso II, alínea “d”)	350
5.6. Examinar a escrituração do devedor (artigo 22, inciso III, alínea “b”)	350
5.7. Apresentar ao juiz, para juntada aos autos, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencido, conta demonstrativa da administração, que especifique com clareza a receita e a despesa (artigo 22, inciso III, alínea “p”)	354
5.8. Outros momentos de atuação do contabilista	355
6. O perito contador e a assembléia-geral de credores (artigos 35 a 46 da lei nº 11.101/05)	355
7. O perito contador e a recuperação judicial (artigos 47 a 72 da lei nº 11.101/05)	356
7.1. Do pedido e do processamento da recuperação judicial (artigos 51 e 52)	356
7.2. Do plano de recuperação judicial (artigos 53 e 54)	358
7.3. Do procedimento de recuperação judicial (artigos 55 a 69)	359
7.4. Do plano de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte (artigos 70 a 72)	360

8. O perito contador e a falência (artigos 75 a 160 da lei nº 11.101/05)	361
8.1. Da apuração das responsabilidades dos sócios e administradores (artigo 82)	361
8.2. Da classificação dos créditos e dos pedidos de restituição (artigos 83 a 93)	362
9. Considerações finais	364

*Recuperação judicial especial para micros e pequenas empresas à luz
da Lei 11.101/2005 – LRE, 365*

LUCIANA DI MARZO TREZZA

1. Introdução	366
2. Recuperação judicial especial das micro e pequenas empresas e falência	372
2.1. Definição legal de microempresa e empresa de pequeno porte e noções da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006	373
2.2. Tratamento constitucional diferenciado dispensado às micro e pequenas empresas	379
2.3. Processo judicial especial para a recuperação das micro e pequenas empresas	383
2.3.1. Linha do processo de recuperação no Plano Especial	387
2.3.1.1. Fase postulatória	387
2.3.1.2. Fase deliberativa	388
2.3.1.3. Fase executiva (de cumprimento)	389
2.3.1.4. Fase de encerramento	389
3. Considerações finais	389
4. Bibliografia	390

Casos de recuperação judicial –

Questões sobre o instituto da recuperação judicial e a interpretação das disposições da Lei nº 11.101/05 quando de casos atuais, 395

LUIS CLÁUDIO MONTORO MENDES

1. Considerações iniciais	396
1.1. Panorama do primeiro ano da vigência da Lei nº 11.101/05 ...	396
1.2. A eficiência e as disposições da nova legislação falencial brasileira	399
2. Principais desafios da empresa em crise para o ingresso de sua recuperação judicial	402
3. Questões relacionadas à aprovação do plano de recuperação pelos credores	403
4. Questões advindas do processamento de casos de recuperações recentes	406
4.1. O pedido de recuperação judicial da Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos	407
4.2. O plano de recuperação da Parmalat Alimentos	409
4.3. Dos desafios do processamento do pedido de recuperação judicial	410
4.4. Questões relacionadas às Assembléias-Gerais de Credores	412
4.5. As assembléias-gerais	413
4.6. Recuperação da Bombril Holding	415
4.7. O plano de recuperação e a Assembléia-Geral de Credores	416
5. Conclusões	418
6. Bibliografia	419

Prática da gestão para recuperação de empresas em dificuldades, 421

MARCO MILITELLI

1. Introdução	422
---------------------	-----



2. Os sintomas de problemas ignorados	423
3. O primeiro contato com uma empresa em dificuldades	427
4. Modelo de recuperação de empresas	429
5. Forma de ação corretiva	430
6. Análise e diagnose empresarial	431
6.1. Problemas financeiros	433
6.2. Problemas estruturais	433
6.3. Problemas de posicionamento e problemas de direcionamento	435
6.4. Problemas de posicionamento podem ser identificados, analisados, entre outros	436
6.5. Problemas de alinhamento	437
7. Estratégias para recomposição do equilíbrio financeiro de curto prazo	438
8. O perfil do líder do processo de saneamento	439
9. Criação do plano de recuperação da empresa	440
10. Obtenção do aval dos credores	444
11. Condução do plano de recuperação empresarial	447
12. Saneamento da empresa	449

*A recuperação judicial: a necessidade de especialização do judiciário
e a aplicação da Lei nº 11.101/2005 por nossos tribunais, 451*

NILVA M. LEONARDI ANTONIO

1. Notas introdutórias	452
2. A nova lei recuperacional	455
2.1. O Clamor da sociedade pela modernização de nossa legislação e as principais diferenças entre as legislações concursais	457
2.2. Banco Mundial – Princípios e Diretrizes norteadores das mudanças legislativas modernas	464
2.3. A recuperação de empresas no direito comparado	465
2.3.1. Na Alemanha	466

2.3.2. Na Argentina	467
2.3.3. Na Áustria	469
2.3.4. Na Espanha	469
2.3.5. Nos Estados Unidos da América – EUA	470
2.3.6. Na França	472
2.3.7. Na Itália	473
2.3.8. Em Portugal	474
3. A necessidade de especialização	475
3.1. Câmara e Varas Especializadas na Capital de São Paulo – Do Surgimento da Idéia, sua Criação e Instalação	476
4. O artigo 47 e a recuperação de empresas	482
5. A recuperação – aspectos procedimentais	486
5.1. Aspectos Procedimentais da Recuperação Judicial – Empresas de Médio e Grande Porte	486
5.1.1. Condições para a recuperação judicial	488
5.2. Aspectos Procedimentais da Recuperação Judicial – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	493
5.3 Pequeno Resumo do Processamento das Recuperações	495
6. A aplicação da Lei nº 11.101/2005 por nossos tribunais	498
6.1. Os precedentes	499
6.1.1. Prazo para adequação de pedido de recuperação	499
6.1.2. Gratuidade de justiça	500
6.1.3. Certidão negativa de débitos fiscais	501
6.1.4. Suspensão das ações contra a recuperanda por prazo superior a 180 dias	502
6.1.5 Execução de Título Extrajudicial de Empresa em Recuperação Judicial. Manutenção em Face ao Avalista	502
6.1.6. Arrendamento mercantil. Ação cautelar inominada	502
6.1.7. Débitos anteriores ao pedido de recuperação. Ação cautelar inominada	503
6.1.8. Compensação de créditos fiscais com créditos tributários	504
6.1.9. Pedido de restituição de mercadorias	504
6.1.10. Contrato de arrendamento mercantil. Medida cautelar inominada	504

6.1.11. Impugnação ao valor do crédito declarado.	
Quantia ilíquida	505
6.1.12. Concessão de recuperação judicial a empresa falida, em continuidade de negócios	506
6.1.13. Contrato de arrendamento mercantil. Reintegração de posse	507
6.1.14. Impugnação à lista de credores apresentada pelo administrador. Inobservância do artigo 12 e seguintes	507
6.1.15. Aplicação da suspensão prevista no § 4º do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005 – enunciado 51 do FONAJE	507
6.1.16. Redirecionamento do pedido de falência para as sucessoras da agravada, bem como a revogação da recuperação judicial das empresas envolvidas	508
6.1.17. Recuperação judicial – Remuneração do administrador judicial – Fixação no máximo legal	508
6.1.18. Pagamento de custas em habilitação retardatária	509
7. Notas conclusivas	509
8. Referências bibliográficas	511

A preservação da empresa, mesmo na falência, 517

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO

1. Introdução	518
2. O artigo 75 da LRE: as novas finalidades da falência	518
3. O conceito de empresa adotado no artigo 75 da LRE	520
4. Os “perfis” de Asquini e, especialmente, o objetivo	522
5. Estabelecimento, fundo de comércio, azienda, fundo de negócio	524
6. Desativação ou preservação da empresa na falência	526
7. Algumas conclusões	531
8. Bibliografia	534

O judiciário na recuperação extrajudicial, 535

TÂNIA PANTANO

1. Introdução	536
2. Da tramitação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial	539
3. Conclusões	549
3.1. Visão esquemática da recuperação extrajudicial	550
4. Bibliografia	551

